

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**RECURSO :**

Ilustríssimo (a) Senhor (a) Pregoeiro (a) da Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/Equipe KAPPA.

Pregão Eletrônico nº 267/2020/KAPPA/SUPEL-RO

Processo Administrativo: 0002.125329/2019-81.

FBX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA., inscrita no CNPJ 07.436.461/0001-50, aqui denominada Recorrente, representada por seu Procurador abaixo, o Sr. Elias Ferreira da Silva, vem a Vossa Senhoria interpor RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que Aceitou a Proposta e Habilitou a Documentação da empresa BIOCLEAR SERVICOS E CONSTRUCAO EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.339.556/0001-34, doravante denominada Recorrida, com suporte na Lei 8.666/93, Decreto nº 10.024/2019, Edital e demais diplomas legais, vem interpor o presente:

TEMPESTIVIDADE

DO EDITAL;

14 – DOS RECURSOS

14.1. Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 20 (vinte) minutos.

14.2. Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões recursais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos (redação conforme o inc. XVIII, art. 4º, Lei Federal n.º 10.520/2002).

14.2.1. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (campo próprio do sistema Comprasnet), devendo o licitante observar as datas registradas.

14.3. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

14.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. A decisão do (a) Pregoeiro (a) a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.

14.6 A decisão do (a) Pregoeiro(a) e da Autoridade Competente será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

14.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.

14.8. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL, caso não esteja disponível no Sistema de Eletrônico de Informação (SEI).

LEI Nº 10.024 DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, desinfecção e

conservação predial, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de saneantes domissanitários, uniformes, material, produtos e equipamentos necessários à execução dos serviços, visando atender as necessidades da AGEVISA-RO pelo período de 12 (doze) meses.

DA INTENÇÃO DE RECURSO DESTA RECORRENTE: Manifestamos Intenção de Recurso, uma vez que a licitante BIOCLEAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI, cotou apenas 0,93% na letra "A" do Submódulo 4.1, Substituto na Cobertura de Férias, quando o correto é 8,33%. No passado a própria SUPEL só aceitava neste item o percentual de 8,33%. A certidão de Falência e Concordata está vencida na data da habilitação, em desacordo com o subitem 15.1.1.2 do Edital, portanto, não poderia ser habilitada. As fundamentações serão expostas em nossa peça recursal.

DOS FATOS

(1) De pronto nobre pregoeiro, equivoca-se a Recorrida, quando na fundamentação da Letra "A" do Submódulo 4.1 (Ausências Legais), constante nas planilhas de custos diz o seguinte:

A - Substituto na Cobertura de Férias:

O valor pago durante as férias do empregado já consta na remuneração (Módulo1) e que o valor pago ao empregado para fazer frente ao custo de suas férias acrescidas do terço constitucional já foram apuradas na letra B do submódulo 2.1. Férias pagas ao substituto - $\%: ((1+1/3)/12)/12 = 0,93\%$.

Ora, são dois custos distintos, uma vez que os custos contemplados na Letra "B" do Submódulo 2.1, tratam-se das Férias e Adicional de Férias do titular do posto, conforme determina a legislação vigente:

A Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XVII, diz que o pagamento ocorre conforme preceitua o artigo 129 e o inciso I, artigo 130, do Decreto-Lei nº 5.452/43 da CLT. A provisão mensal pode ser obtida pelo cálculo do Anexo XII da IN 5/2017, para órgãos que trabalham com Conta Vinculada a soma das Férias (9.075%) + Adicional de Férias (3.025) = 12,10%. Grifa-se.

Portanto, os custos alocados na Letra "B" do Submódulo 2.1, não devem ser confundidos com a Letra "A" (Substituto na Cobertura de Férias) do Submódulo 4.1 (Ausências Legais), uma vez que o Custo contemplado no Submódulo 2.1, trata-se das Férias e Adicional de Férias do Titular do posto, e o Custo contemplado no Submódulo 4.1, trata-se do pagamento da Remuneração que a contratada vai pagar a outro empregado para substituir o Titular do Posto, durante suas férias.

Pois bem, da forma como a Recorrida alocou os custos em suas planilhas, tomando como exemplo a Planilha dos Serviços Gerais, se multiplicarmos o valor de R\$ 18,63 x 12 meses ao ano, tem-se o valor total de R\$ R\$ 223,56, ou seja, custo insuficiente para se pagar 01 (um) outro profissional durante um mês para substituir o titular do posto, onde o Salário Mensal é de R\$ 1.465,04 (um mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos).

Outro exemplo; Planilha do Servente de Limpeza, se multiplicar o valor de R\$ 20,62 x 12 meses ao ano, tem-se o valor total de R\$ 247,44, ou seja, custo também insuficiente para se pagar durante um mês 01(um) outro empregado para substituir o titular do posto, durante o período de suas férias, onde o Salário Mensal, mais Periculosidade é de R\$ 1.614,43 (um mil seiscentos e quatorze reais e quarenta e três centavos).

Em todas as planilhas de custos da Recorrida, foi alocado apenas o percentual de 0,93%, cujo percentual é insuficiente para se pagar o custo de outro empregado, durante as férias do Titular do Posto.

Citamos abaixo algumas licitações realizadas e homologadas pela SUPEL/RO, onde os percentuais alocados nas planilhas de custos e aceitos pela equipe técnica da referida instituição, são de 8,33% para a Letra "A" Substituto na Cobertura de Férias:

Vejamos:

PE/164/2020
Abertura: 21/05/2020
UASG: 92373 (SUPEL).

PE/116/2020
Abertura: 30/06/2020
UASG: 925373 (SUPEL).

PE/587/2018
Abertura: 25/06/2019
UASG: 92373 (SUPEL).

No PE 3/2020, com abertura em 14/07/2020 da UASG: 200378 Policia Federal do Estado de Rondônia, o percentual aceito para a mesma rubrica foi de 9,32%.

Portanto nobre pregoeiro, o percentual de 0,93% alocado nas planilhas de custos da Recorrida, não condiz com a realidade aceitos pelas comissões de licitações, inclusive essa própria SUPEL/RO, pois este percentual reflete valores que não cobrirão o custo com a remuneração do Empregado Substituto, enquanto o Titular do posto estiver de férias.

(2) O outro ponto manifestado por esta Recorrente na intenção foi pelo fato da certidão de Falência e Concordata

anexada ao sistema, está vencida na data da habilitação, em desacordo com o subitem 15.1.1.2 do Edital, portanto, a empresa Recorrida não poderia ser habilitada no presente certame.

Vejam os determinados no Edital no item abaixo, copiado aqui em sua íntegra:

15.1.1.2. Certidão negativa de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordata) expedida pelos cartórios distribuidores de sua sede, nos últimos 60 (sessenta) dias. Grifa-se.

Ora, verificando-se a Certidão apresentada pela Recorrida no sistema, à mesma tem sua emissão na data de 21/09/2020, sendo Habilitada pela SUPEL na data de 21/12/2020, de pronto a certidão não atende a exigência do edital, pois em 21/12/2020 passaram-se 90 (noventa) dias da data de sua emissão, quando o edital no subitem acima, diz que a certidão deverá ser expedida pelos cartórios distribuidores de sua sede, nos últimos 60 (sessenta) dias.

E ainda mais nobre pregoeiro, se considerarmos a data de abertura do certame, no dia 27/11/2020, a Certidão de Falência e Concordata apresentada pela Recorrida já estava Vencida em relação à exigência do subitem 15.1.1.2, pois decorria mais de 60 dias de sua emissão, considerando que a mesma fora emitida no dia 21/09/2020.

Mesmo assim, a referida Certidão de Falência e Concordata apresentada pela Recorrida, além de não atender o subitem do edital acima mencionado, também teve seu vencimento expirado na data de 20/12/2020, se a Habilitação promovida pela SUPEL ocorreu na data de 21/12/2020, a Recorrida não poderia ser Habilitada.

Portanto, é imprescindível a apresentação da referida certidão com sua validade em vigor na data de sua Habilitação, a qual ocorreu na data de 21/12/2020 e, assim sendo, não atende a exigência do Edital.

Reitera-se que até a data do aceite e habilitação da recorrida no sistema (comprasnet), na data de 21/12/2020, a Certidão Apresentada para suprir a exigência do subitem 15.1.1.2 do edital, estava com sua Validade Vencida.

Inclusive, compulsando os autos do processo do certame no SEI, números 0015366091 (Documentos de Habilitação 1) e 0015366158 (Documentos de Habilitação 02), a única Certidão de Falência e Concordata existente no referido processo, é a aqui questionada, vencida, portanto.

O art. 43, §3º da Lei nº 8.666/1993 dispõe sobre a faculdade da "comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação," promover "diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

Ou seja, definido no edital a documentação necessária, a não apresentação de documentação de habilitação no prazo previsto no edital, é vício insanável, posto que relacionado à substância do documento. A eventual correção acarretaria na substituição de informações essenciais ou, ainda, na inclusão posterior de documento que extrapola a mera complementação ou esclarecimento.

Por oportuno, cabe observar que estando um documento vencido na data da habilitação, o pregoeiro poderia usar do seu direito de proceder à diligência, em conformidade com o § 3º do art. 43, da Lei 8.666/93, e pedir a apresentação, em tempo hábil, do que for necessário, antes de declarar a Recorrida Habilitada no certame, senão vejamos:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Na mesma linha versa o art. 47 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o qual regulamenta a modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, no âmbito da administração pública federal:

DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

Erros ou falhas

Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

No mesmo diapasão, o mesmo Decreto 10.024/2016, diz o seguinte no artigo 43 e seu § 2º:

Art. 43. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades integrantes do Sisg ou por aqueles que aderirem ao Sicaf.

§ 2º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no § 2º do art. 38.

Observa-se através dos diplomas legais acima, que no momento oportuno o pregoeiro não promoveu tal diligência, habilitando a Recorrida estando à mesma com a Certidão de Falência e Concordata em desacordo com o Edital, além de estar com a Validade vencida na data de sua Habilitação, em 21/12/2020 e já vencida na data de 27/11/2020 (data de abertura do certame).

Diante do exposto, após os fatos amplamente explicitados e fundamentados, a Recorrente pede o recebimento e

processamento do referido Recurso, para que seja determinada a não Aceitação da Proposta e a Habilitação da Recorrida BIOCLEAN SERVICOS E CONSTRUCAO EIRELI, desclassificando-a do certame, e dando prosseguimento ao certame com o chamamento da próxima colocada no liame e caso assim não entenda o nobre pregoeiro, que faça subir o presente recurso para análise da autoridade superior, para que seja proferida decisão no prazo legal.

Porto Velho – RO, 23 de dezembro de 2020.

FBX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA.
CNPJ: 07.436.461/0001-50
Elias Ferreira da Silva
Procurador

Voltar